

A CRÍTICA KANTIANA AO IDEALISMO MATERIAL

Loidemar Luiz Bressan¹

Resumo

Neste artigo, procuro mostrar que Kant considera necessária a consciência dos objetos como condição de possibilidade da autoconsciência. Ofereço, primeiro, uma exposição dos termos da conexão entre a autoconsciência pura e a consciência dos objetos (*Objekte*), bem como a ligação necessária entre a autoconsciência empírica e a consciência dos objetos empiricamente exteriores, para poder mostrar, em seguida, que em ambos os aspectos, a autoconsciência pressupõe a consciência dos objetos.

Palavras Chaves: Kant, autoconsciência pura, *Objekt*, autoconsciência empírica, *Gegenstand*.

Introdução

O Idealismo Empírico pretende demonstrar a impossibilidade de, mediante experiência imediata, provar a existência do mundo exterior. Tal impossibilidade baseia-se em dois argumentos fundamentais: 1. o mundo é a totalidade das coisas que existem, independente de que alguém as esteja percebendo, isto é, as coisas extramentais; 2. O conhecimento é um produto do sujeito, enquanto tal sujeito é uma consciência (ou mente) que tem acesso apenas àquilo que lhe é próprio: os seus estados mentais.

Se Kant critica (ou até “refuta”) o “idealismo”, cabe perguntar, primeiro, o que Kant entende por esse conceito, ou seja, a que tipo de idealismo ele está se referindo na sua crítica. Tendo em vista as numerosas manifestações históricas de idealismo – do “idealismo platônico” com suas idéias eternas e imutáveis, enquanto fundamento objetivo do ser e do conhecimento das coisas empíricas, até o “idealismo especulativo” de Hegel com sua determinação do absoluto com base numa teoria da subjetividade – vê-se que o significado do termo “idealismo” não é nada inequívoco.

Sistematicamente, a pergunta “existe algo fora de mim?” pode ser respondida de três formas:

¹Centro Universitário Franciscano.

- (1) Existe algo fora de mim.
- (2) Não existe nada fora de mim.
- (3) É duvidoso se existe algo fora de mim.

Kant pretende mostrar que a primeira dessas respostas não implica necessariamente um “Realismo Dogmático” (ou “transcendental”, como ele vai dizer posteriormente), mas que ela se deixa fundamentar “criticamente” por uma teoria de cunho “idealista”, a saber, pela sua própria teoria do **“Idealismo Transcendental”**. Assim, Kant junta à primeira resposta – positiva – a sua própria teoria; à segunda – negativa – o **idealismo berkeleyano**; e à terceira – cética – o **idealismo cartesiano**.

Ora, se entendemos, no sentido mais geral, por “idealismo” todas aquelas teorias filosóficas que atribuem à consciência (ou ao “ideal”) uma função fundamentadora perante todo “objetivo” ou “real”, é obvio que também, na teoria do conhecimento kantiana, a consciência ou o “eu” fundamentam todo o conhecimento objetivo.

É essa bipolaridade da doutrina kantiana: a de pretender fundamentar **“subjétivamente”** um conhecimento **“objetivo”**, ou seja, de fundamentar algo **“real”** (empírico) por meio de uma figura **“ideal”** (*a priori*), que obriga Kant a delimitar a sua concepção do Idealismo Transcendental de todos os outros conceitos concorrentes de idealismo, e tentar refutá-los.

O idealismo “autêntico” (i.e., “pré-crítico”) – no qual Kant descobre “uma forma de câncer na metafísica que, até agora, se julgava incurável”² – divide-se conforme a anterior, por um lado, no Idealismo Cético ou Problemático, de Descartes, e, por outro, no Idealismo Dogmático, de Berkeley: o primeiro apenas duvida a existência do mundo exterior, o segundo nega ou contesta a sua existência. A diferença do Idealismo Transcendental, para o qual o mundo exterior possui realidade empírica, configura o idealismo cartesiano de Berkeley que se radica na “escola eleática” (à qual pertence, para Kant, também a doutrina de Platão, em que o mundo sensível nada mais é do que “ilusão”).

Dada a necessidade da demonstração da validade universal da sua própria concepção de idealismo, baseada na fundamentação crítico-transcendental do conhecimento, Kant precisa levar a sério os argumentos e as objeções feitas na base das doutrinas idealistas concorrentes. Assim, não é de se admirar que a discussão do idealismo “metafísico”, enquanto modelo errado ou, insuficiente, de fundamentação do conhecimento, constitui um momento importante na elaboração da própria proposta transcendental.

² Nas suas preleções de metafísica do ano 1792/93: Kowalewski, A. (org.), Die philosophischen Hauptvorlesungen Immanuel Kants. München / Leipzig 1924, p. 605.

I) Autoconsciência pura e autoconsciência empírica

Inicialmente, o termo apercepção foi adotado por Kant, do vocabulário criado por Leibniz na obra *Novos ensaios sobre o entendimento humano* (1765). Assim, Leibniz distinguiu percepção e apercepção. Na terminologia Leibniziana, percepção significa o estado interno da *mônada*, representando as coisas externas. Por outro lado, apercepção significa o conhecimento reflexivo do próprio estado interno da *mônada*. No entender de Leibniz, esse conhecimento reflexivo do estado interno da *mônada* não acontece em todas as almas. Para Kant, o termo apercepção pode ser considerado de forma transcendental ou empiricamente. Como veremos, em certo sentido, a apercepção leibniziana se aproxima mais da apercepção empírica kantiana.

Já, em 1762, na obra *A falsa sutileza das quatro figuras silogísticas*, Kant menciona um “poder misterioso” que torna possível a própria faculdade de julgar. Nessa obra, Kant identifica esse “poder misterioso” com a faculdade do sentido interno. Com efeito, a distinção entre a apercepção e o sentido interno ainda não parece clara.

Por outro lado, na primeira edição da CRP, a distinção entre apercepção transcendental e sentido interno aparece de forma explícita. Ao expor a unidade numérica da apercepção, Kant escreve: “A consciência de si mesmo, segundo as determinações do nosso estado na percepção interna, é meramente empírica, sempre mutável, não pode dar-se nenhum eu fixo ou permanente neste rio de fenômenos internos e é chamada habitualmente *sentido interno ou apercepção empírica*. Aquilo que deve ser *necessariamente* representado como numericamente idêntico, não pode ser representado, como tal, por meio de dados empíricos” (C.R.P., A 107). Tomada no sentido empírico, a apercepção significa o *conhecimento de nós mesmos* segundo a determinação temporal em nosso estado interno. Por outro lado, na apercepção transcendental, metodologicamente, Kant abstrai todos os dados empíricos e considera essa mesma capacidade enquanto atividade meramente intelectual. Nesse sentido, a apercepção transcendental se identifica com a consciência da atividade de pensar que consiste fundamentalmente no ato de *abstrair e formar conceitos*. Ao exercer essa atividade, o sujeito tem *consciência de sua existência*. Porém, isso não significa um *autoconhecimento*.

No § 25 da “Dedução Transcendental”, da segunda edição da CRP, Kant, numa célebre nota, escreve: “o eu penso expressa o ato de determinar minha existência. Através disso, portanto, a existência já é dada, mas mediante tal ainda não é dada a maneira pela qual

devo determiná-la, isto é, pôr em mim o múltiplo pertencente a ela”. (C.R.P., B 156). Deste modo, Kant parece admitir, nessa passagem, que, na representação *eu penso*, a existência já é dada. Mais precisamente, no enunciado eu penso, o ser pensante tem *consciência de si*.

Em Kant, a teoria sobre o *autoconhecimento* parece não escapar ao princípio transcendental do conhecimento humano que é expresso nesta célebre nota: “pensamentos sem conteúdos são vazios; intuições sem conceitos são cegas” (C.R.P., B 75). Ou seja, da mesma forma que, para o conhecimento de um objeto do sentido externo, temos a necessidade de, além do conceito de um objeto em geral (dado nas categorias), ter uma intuição que fornece o múltiplo para determinar um objeto, assim, no que tange o *autoconhecimento*, além do *eu sou*, necessitamos de uma auto-intuição como forma de determinar a existência interna. Por isso, a necessidade paradoxal de *nos conhecermos* só como nos intuímos internamente, isto é, tal como somos *afetados* por nós próprios mediante o sentido interno. “Daí que essa inteligência só pode conhecer-se tal como aparece a si mesma com respeito a uma intuição (que não pode ser intelectual nem ser dada pelo próprio entendimento) e não como se conheceria se a sua *intuição* fosse intelectual” (C.R.P., B 159). Com efeito, através do sentido interno, temos a intuição de nós mesmos e do nosso estado interno. Em outras palavras, por meio do sentido interno, temos *conhecimento de nós mesmos*.

II) A concepção de objeto no sistema crítico transcendental

O conceito de objeto no sistema *crítico transcendental* é algo extremamente complexo. No entanto, em termos gerais, Kant acompanha a distinção no direito romano entre pessoas e coisas. Desse modo, na filosofia prática kantiana, o sujeito é apto a agir livremente, da mesma forma que na filosofia teórica temos um sujeito espontâneo. Nesse sentido, o sujeito se distingue do objeto pelo fato de que, enquanto o primeiro está apto a agir de forma espontânea ou livre, o segundo é determinado pelo caráter passivo. Com efeito, Kant distingue três aspectos na concepção de objeto: *Ding*, *Gegenstand*, *Objekt*.

O termo *Ding* não aparece com tanta freqüência na filosofia teórica kantiana, antes, sim, parece estar mais relacionado com a metafísica dogmática wolffiana. Desse modo, a palavra alemã *Ding* sugere o uso da razão de princípios que tendem a ultrapassar os limites do conhecimento humano.

Com efeito, nos “Postulados do pensamento empírico em geral”, Kant está distinguindo entre *Ding* e *Gegenstand*. Nessa passagem, a palavra *Gegenstand* significa o conhecimento de uma existência que só pode ser conhecida como aparece, isto é, “a existência de efeitos resultantes de causas dadas segundo as leis da causalidade” (C.R.P., B 279). Por outro lado, *Ding* significa a “existência das coisas (substâncias)” (C.R.P., B 279). Para Kant, o aparato cognitivo humano só pode conhecer o primeiro sentido de existência de objetos.

A distinção entre *Gegenstand* e *objekt* é fundamental para os propósitos da filosofia transcendental. Em termos gerais, podemos definir *Gegenstand* como aquilo que aparece nas formas *a priori* da intuição sensível, espaço e tempo, muito embora ainda careça das funções do entendimento. Por outro lado, *Objekt* significa um objeto sintetizado pela ação espontânea do entendimento.

Na *dedução* das categorias da primeira edição da CRP, Kant está argumentando que a possibilidade da experiência em geral está fundamentada a partir de uma tripla síntese, a saber, a síntese da apreensão na intuição, a síntese da reprodução na imaginação e a síntese da reconhecimento no conceito. Desse modo, a síntese da apreensão está orientada para representar o diverso na intuição. Com efeito, é possível relacionar a síntese da apreensão com a concepção de objeto (*Gegenstand*). Todavia, nessa passagem, Kant argumenta que a síntese da apreensão pode ser praticada também *a priori* relativamente às representações que não são empíricas, isto é, em relação às representações puras, espaço e tempo. Nesse sentido, a síntese da apreensão, no que tange às representações originárias espaço e tempo, ainda carece de sensação. Ora, o objeto (*Gegenstand*) possui matéria representada nas formas *a priori* da sensibilidade. Por isso, a definição de síntese da apreensão descrita na *dedução* das categorias da segunda edição da CRP, a qual leva em consideração a sensação representada na sensibilidade, parece mais próxima a essa concepção de objeto. Com efeito, podemos concluir que a síntese da apreensão, enquanto “reunião do diverso numa intuição empírica pela qual é tornada possível a percepção, isto é, a consciência empírica desta intuição (como fenómeno)” (C.R.P., B 160), representa com mais precisão a concepção de objeto (*Gegenstand*) no *sistema crítico transcendental*.

Kant apresenta o conceito de *Objekt* desse modo no § 17 da segunda edição da CRP: “O *objecto*, porém, é aquilo em cujo conceito está *reunido* o diverso de uma intuição dada” (C.R.P., B 137). Ora, essa concepção de objeto está essencialmente ligada ao entendimento, ou seja, metodologicamente em abstração da sensibilidade. Por isso, tanto a

síntese da reconhecimento, que confere unidade na síntese do diverso das representações em geral, ou a *synthesis intellectualis* em relação à síntese do diverso da intuição em geral pensada unicamente nas categorias, expressam o verdadeiro sentido de objeto (*objekt*).

III) Os termos da correlação entre autoconsciência pura e *Objekt*

Kant considera os conceitos tão naturais ao entendimento, como as idéias o são para a razão e as intuições para a sensibilidade. Já, na *Dissertação Inaugural*, Kant expressa, mesmo que negativamente, que as representações intelectuais não são modificações da nossa alma, causadas pelos objetos. No entanto, nessa obra, Kant permanece em silêncio sobre, afinal, como pode uma representação se referir a um objeto sem ser afetada por ele de algum modo.

Na Carta a Marcus Herz, datada de 21 de fevereiro de 1772, Kant menciona dois aspectos fundamentais com relação ao entendimento humano. Por um lado, o entendimento não pode ser a causa dos objetos; por outro, o objeto não é a causa das representações intelectuais. Desse modo, os conceitos puros do entendimento não são abstraídos das sensações, mas devem ter sua fonte na natureza da nossa alma.

Com efeito, na primeira edição da CRP, Kant menciona que os objetos em geral só podem ser pensados graças às categorias. A partir daí, ele afirma que a possibilidade, mesmo a necessidade das categorias, repousa sobre a relação que estas (juntamente com a sensibilidade e os fenômenos nela contidos) têm com a apercepção originária. Desse modo, a unidade transcendental da apercepção fornece um princípio *a priori* para o diverso de uma intuição possível. No entanto, nessa passagem, temos em questão a natureza sintética do princípio da apercepção. Kant o expressa assim: “Toda a consciência empírica tem, porém, uma relação necessária a uma consciência transcendental (que precede toda a experiência particular), a saber, a consciência de mim próprio como apercepção originária” (CRP, A 117, nota). Dado que nessa passagem o princípio da apercepção é descrito de forma sintética, isto é, metodologicamente esse princípio ainda não foi abstraído da sensibilidade, então, Kant não pode conectar a unidade da apercepção com a concepção de *Objekt*. Mesmo assim, Kant já menciona que a identidade numérica da apercepção só pode ser conhecida mediante a síntese por conceitos. No entanto, essa tese é apresentada de forma sinóptica, sem maiores explicações.

Por outro lado, na “Dedução dos conceitos puros do entendimento”, da segunda edição da CRP, o princípio da apercepção é apresentado como sendo uma proposição analítica: “O *eu penso* deve *poder* acompanhar todas as minhas representações; se assim não fosse, algo se representaria em mim, que não poderia, de modo algum, ser pensado, que o mesmo é dizer que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim. A representação que pode ser dada antes de qualquer pensamento chama-se *intuição*. Portanto, todo o diverso da intuição possui uma relação necessária ao *eu penso*, no mesmo sujeito em que esse diverso se encontra” (CRP, B 131-32). Dado a analiticidade do princípio da apercepção, ele pode ser conectado com a concepção de *Objekt*. Como vimos anteriormente, *Objekt* é aquilo em cujo conceito está reunido o múltiplo de uma intuição sensível em geral. Portanto, nesse momento, o que está em questão é unicamente a síntese do entendimento (*synthesis intellectualis*), em abstração das formas *a priori* da intuição sensível espaço e tempo.

Com efeito, a conexão entre o princípio transcendental da apercepção e o *Objekt* se processa epistemologicamente desse modo. Primordialmente, Kant define o entendimento humano como uma faculdade de pensar os objetos. Ora, pensar significa possuir a capacidade de captar a multiplicidade sob unidade. Mas, esse aspecto do pensamento requer um sujeito simples: “Que o eu da apercepção e, por conseguinte, o eu em todo o pensamento seja algo de *singular*, que não se possa decompor numa pluralidade de sujeitos e que designe, por conseguinte, um sujeito logicamente simples, eis o que já se encontra no conceito do pensamento e é, conseqüentemente, uma proposição analítica” (CRP, B 407-08). A partir dessa configuração, a unidade da consciência se constitui numa condição necessária para a representação de um *Objekt*: “O *objeto*, porém, é aquilo em cujo conceito está reunido o diverso de uma intuição dada” (CRP, B 137).

Todavia, a identidade da autoconsciência não pode ser pensada sem a síntese do múltiplo dado numa intuição em geral. Com efeito, a necessidade de uma síntese como condição de possibilidade da identidade da autoconsciência é o termo que correlaciona a “unidade transcendental da apercepção”, enquanto consciência da atividade de pensar, com a representação de objeto (*Objekt*). No entanto, a consciência da identidade da apercepção “não ocorre pelo simples fato de eu acompanhar com consciência toda representação, mas de eu *acrescentar* uma representação à outra e de ser consciente da sua síntese. Portanto, somente pelo fato de que posso, *numa consciência*, ligar um múltiplo de representações dadas é possível que eu mesmo me represente, *nessas representações*, a *identidade da consciência*,

isto é, a unidade *analítica* da apercepção só é possível pressupondo alguma unidade sintética qualquer” (C.R.P., B 133). Com efeito, a correlação entre a “unidade transcendental da apercepção” e o *Objekt* se efetiva a partir dessa *ação sintética* do entendimento. Dito de outro modo, ao apreender a multiplicidade de representações enquanto unidade, a própria identidade da autoconsciência pode ser pensada. Isso significa que a síntese governada pelas categorias se constitui na condição de possibilidade de conhecimento da identidade da apercepção. Mas, por outro lado, a unidade numérica da apercepção se constitui na condição de possibilidade de representar os *Objekte*.

III) A ligação necessária entre autoconsciência empírica e consciência dos objetos empiricamente exteriores

Numa passagem da “Analítica dos Princípios”, da segunda edição da CRP, Kant está explicando os assim chamados “Postulados do pensamento empírico em geral”, os quais são alguns dos princípios do entendimento puro³. Ao explicar o “postulado” relativamente ao conhecimento da realidade, Kant interrompe esta exposição e insere a “Refutação do Idealismo”. No que tange à explicação dos “postulados”, Kant pretende demonstrar que as categorias não possuem um uso legítimo fora dos limites da experiência possível. Por outro lado, na “Refutação do Idealismo” ele pretende demonstrar que a experiência interna pressupõe a experiência externa. Essa tese é apresentada por Kant desse modo: “*a simples consciência, mas empiricamente determinada, de minha própria existência prova a existência de objetos no espaço fora de mim*” (C.R.P., B 275). Podemos perguntar o que Kant quer dizer com “a simples consciência, mas empiricamente determinada, de minha própria existência”, bem como com “a existência de objetos no espaço fora de mim”, e por que a primeira existência já prova a segunda, o que é outro caminho de questionar apenas aquilo que a *refutação* pretende provar.

Primordialmente, a “simples consciência, mas empiricamente determinada, de minha própria existência”, parece não se referir à representação *eu penso*, a qual expressa a existência de um sujeito⁴. A forma de consciência em questão neste momento corresponde a

³ Os “axiomas da intuição” e as “antecipações da percepção” são princípios constitutivos e aplicáveis à matemática. As “analogias da experiência” e os “postulados do pensamento empírico em geral” são princípios dinâmicos e aplicáveis à física.

⁴ “O eu penso expressa o ato de determinar minha existência. Através disso, portanto, a existência já é dada, mas mediante tal ainda não é dada a maneira pela qual devo determiná-la, isto é, pôr em mim o múltiplo pertencente a ela” C.R.P., B 156.

um *autoconhecimento* real. Essa interpretação encontra apoio textual em duas passagens da CRP⁵. Nessas passagens, Kant identifica essa forma de consciência com a experiência interna, isto é, a premissa fundamental em questão, nesse momento, significa a determinação da existência no tempo, ligada ao sentido interno.

No “Quarto paralogismo” da razão pura, Kant observa que a expressão *fora de nós* é ambígua, pois comporta dois sentidos bem distintos, isto é, a expressão *fora de nós* pode significar aquilo que existe independente do nosso modo de representar, quer dizer, “alguma coisa que pode estar fora de nós no sentido transcendental” (C.R.P., A 372) , ou os objetos empiricamente exteriores representados no espaço.⁶ Com efeito, a “existência de objetos no espaço fora de mim” diz respeito às coisas que se encontram no espaço. Ora, dado que, no sistema do Idealismo Transcendental, o espaço é a forma pura da intuição sensível externa, está claro que a “existência dos objetos no espaço fora de nós” não diz respeito às coisas que existem independente de nós, um objeto transcendente. Antes, sim, o que está em questão é o objeto representado na sensibilidade.

A ligação necessária do sentido interno com o sentido externo se efetiva, originalmente, a partir da conexão entre a premissa “estou consciente de minha existência como determinada no tempo” com a premissa que estabelece que “toda determinação temporal pressupõe algo *permanente* na percepção”. Com efeito, pretende-se desenvolver uma possível interpretação na compatibilidade da tese da “Primeira analogia” em relação à fonte do *permanente* necessário para determinar a existência no tempo.

Sobre a premissa que estabelece que “toda determinação temporal pressupõe algo *permanente* na percepção”, Allison escreve: “Esta premissa faz referência à tese do fundo último da Primeira analogia”.⁷ Por outro lado, Guyer observa que “não é claro se esta *Analogia* prova algo adequado aos propósitos da *Refutação*”.⁸

⁵ CRP, B XXXIX, B 277.

⁶ “Kant calls the first sense of “outside us” “transcendental externality” (though he should have said *transcendent*), and the second sense ‘empirical’ externality” GUYER, Paul: “The Postulates of Empirical Thinking in General and the Refutation of Idealism”. In: Mohr, Georg/ Willaschek, Marcus (Orgs), Immanuel Kant, Kritik der Reinen Vernunft (Klassiker Auslegen 17/18). Berlin: Akademie Verlag, 1998, p. 309.

⁷ “Esta premissa hace referencia a la tesis del fondo último de la Primera analogía” ALLISON, E. H. El idealismo trascendental de Kant: una interpretación y defensa. Barcelona: Anthropos, 1992 p. 453.

⁸ “It is unclear whether this *Analogy* proves anything adequate for the purposes of the *Refutation*” GUYER, Paul: “The Postulates of Empirical Thinking in General and the Refutation of Idealism”. In: Mohr, Georg/ Willaschek, Marcus (Orgs), Immanuel Kant, Kritik der Reinen Vernunft (Klassiker Auslegen 17/18). Berlin: Akademie Verlag, 1998, p. 312.

Convém atentar que as “Analogias da experiência” constituem um grupo de três princípios que resultam da esquematização das categorias de relação. De forma semelhante, os *Axiomas* da intuição são princípios que resultam da esquematização das categorias de quantidade; as *Antecipações* da percepção das categorias de qualidade; e os *Postulados* do pensamento empírico em geral são princípios que resultam da esquematização das categorias de modalidade.

As categorias são representações intelectuais cuja origem em nada se deve à sensibilidade. No entanto, as categorias podem ser consideradas puras ou esquematizadas. As categorias puras podem ser definidas, em termos genéricos, como sendo as formas puras *a priori* do pensamento de objetos em geral. Por outro lado, as categorias esquematizadas são conceitos da unidade sintética da multiplicidade intuitiva *no tempo*.

Com efeito, a categoria de substância pode ser considerada, por um lado, enquanto categoria pura, isto é, como sujeito último de todos os predicados. Por outro lado, a categoria esquematizada de substância deve ser considerada como *substrato permanente* da mudança do real no tempo⁹.

No que diz respeito à primeira “Analogia da experiência”, enunciada no *princípio de permanência da substância*, Kant afirma que “*em toda a variação dos fenômenos permanece a substância, e o quantum da mesma não é nem aumentado nem diminuído na natureza*” (C.R.P., B 224). Com efeito, o argumento da “Primeira analogia” trata de expor as condições necessárias de toda a determinação temporal. Para levar a cabo este trabalho, Kant busca provar que algo *permanente* serve de *substrato* para determinação da existência dos fenômenos no tempo.

Desse modo, o *substrato permanente* que possibilita *toda* determinação de tempo em geral é identificado, na primeira edição da CRP, com “o próprio objeto” (A 183-184/ B 227). Com efeito, é esse *permanente* no fenômeno¹⁰, dado numa intuição externa, ao qual aplicamos o conceito, puro, de substância, que possibilita *toda* determinação temporal.

⁹ Kant não utiliza o termo categoria pura e categoria esquematizada. Esse termo é utilizado por PATON, H. J.: *Kant's Metaphysic of Experience*. Londres. Allen and Unwin. 1965.

¹⁰ Sobre o *permanente* no fenômeno, um exemplo do próprio Kant pode deixar mais clara essa questão. “Perguntou-se a um filósofo: quanto pesa a fumaça? Respondeu: subtrai da lenha queimada o peso da cinza que restou e terás o peso da fumaça. Portanto, pressupôs incontestável que mesmo no fogo a matéria (substância) não se destrói, mas somente a sua forma sofre uma alteração” (C.R.P., B 229). Mesmo que Kant não se refira explicitamente, o filósofo que ele está referindo nessa passagem é Lavoisier. No que tange à permanência da matéria, Kant apresenta o exemplo do pedaço de madeira queimado. Desse modo, a matéria, que durante um período de tempo anterior existiu em forma de madeira, pela combustão, foi transformada em cinza e fumaça. Com efeito, mesmo nesse processo de transformação, a matéria, que em t 1 existiu em forma de madeira, em t 2

Com efeito, a interpretação de que, na “Refutação do Idealismo”, as condições transcendentais do sentido interno dependem das condições transcendentais do sentido externo, isso se evidencia no momento em que se estabelece a necessidade de um *substrato permanente*, dado no sentido externo, para uma representação determinada de tempo. Ora, o *substrato permanente* necessário para determinar a existência no tempo não é outra coisa senão o *permanente* no fenômeno, “isto é a substância (phaenomenon)” (C.R.P., B 227).

A nosso ver, a correlação entre a autoconsciência empírica e a existência dos objetos no espaço fora de nós se efetiva sistematicamente deste modo:

I) Inicialmente a determinação de minha existência no tempo requer um *substrato permanente* como condição de possibilidade de determinação temporal;

II) Mas um *substrato permanente* só pode ser dado no espaço perante o sentido externo¹¹;

III) Por conseguinte, as condições transcendentais da autoconsciência empírica estão ligadas à existência de um objeto *fenomênico* espacial como condição de possibilidade de determinação temporal. Isto é, a autoconsciência empírica pressupõe a consciência empírica dos objetos exteriores.

Conclusão

Os resultados alcançados no presente estudo podem ser resumidos da seguinte maneira:

Se, por “idealismo”, entendermos as teorias filosóficas que atribuem à consciência a função de fundamentar o objeto, a doutrina kantiana também se constitui numa teoria “idealista” na medida em que a consciência ou “eu”, enquanto figura “ideal” *a priori*, fundamenta todo o conhecimento objetivo. Todavia, o Idealismo Transcendental kantiano não admite uma ruptura epistêmica do *sentido interno* com o *sentido externo*. Desse modo, Kant refuta o Idealismo Cartesiano, porque Descartes confere primado epistêmico ao objeto do *sentido interno*, o *eu* e suas representações, independente do conhecimento dos objetos do

passou a existir em forma de cinza e fumaça. Todavia, a matéria permanente, isto é, a substância, permaneceu durante toda mudança. A mudança é, pois, um modo de existir “que resulta num outro modo de existir precisamente do mesmo objeto” (C.R.P., B 230). Por outro lado, a substância, na esfera dos fenômenos, pertencente ao sentido externo, é o *substrato* que possibilita toda determinação de tempo.

¹¹C.R.P, A 183-84, B 227, B 291.

sentido externo. Com efeito, a relação entre sujeito e objeto no sistema *crítico transcendental* pode ser resumida deste modo:

1) na primeira edição da *Crítica da Razão Pura* Kant apresenta a unidade da apercepção de forma sintética. Além disso, nas passagens mais relevantes da primeira edição da *Crítica*, Kant opera com a concepção de objeto no sentido de *Gegenstand*. A partir daí, ele trata de conectar a autoconsciência com a consciência dos objetos. Com efeito, nesse estudo compreendemos que o princípio da apercepção serve de fundamento *a priori* aos fenômenos, mas que a síntese governada pelas categorias é a condição de possibilidade da identidade numérica da apercepção;

2) de outro modo, na segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, o princípio da apercepção é considerado uma proposição analítica. Por isso, nos § 15-21 da segunda edição da primeira *Crítica*, Kant opera com a concepção de objeto no sentido de *Objekt*. Com efeito, a conexão entre a autoconsciência pura e o objeto (*Objekt*) se efetiva epistemologicamente desta forma: o entendimento humano, enquanto faculdade de conhecer os objetos, possui a capacidade de pensar, isto é, de captar a multiplicidade sob unidade. Todavia, esse aspecto do pensamento requer um sujeito logicamente *simples* (CRP, B 407). Em outras palavras, o sujeito *simples* é a condição de possibilidade de pensar o objeto (*Objekt*). Mas, a identidade da autoconsciência só pode ser pensada graças à síntese do múltiplo de uma intuição em geral, isto é, a representação do objeto (*Objekt*) é a condição de possibilidade da autoconsciência pura;

3) na “Refutação do Idealismo” Kant estabelece que a autoconsciência empírica traz consigo, inerente, a consciência dos objetos empiricamente exteriores. Ou seja, a determinação da existência no tempo requer algo *permanente*. Ora, dado que o *sentido interno* carece por si mesmo de diversidade, esse objeto *permanente* deve, necessariamente, ser buscado no *sentido externo*. Por isso, podemos afirmar que as condições transcendentais do *sentido interno* dependem das condições transcendentais do *sentido externo*. Ou, com as palavras de Kant, “essa consciência de minha existência no tempo está, portanto, identicamente unida à consciência de uma relação com algo fora de mim [...] que conecta inseparavelmente o externo com o meu sentido interno” (C.R.P., BXXXIX).

Com efeito, podemos concluir que, mesmo sendo uma teoria de cunho “idealista”, no Idealismo Transcendental kantiano está contida a tese de que a representação do objeto (*Objekt*) é a condição de possibilidade da autoconsciência pura, isto é, da consciência da existência do *Eu penso*. De forma análoga, a consciência da existência dos objetos

empiricamente exteriores é a condição de possibilidade da autoconsciência empírica, ou seja, de determinação da existência no tempo. Em outras palavras, podemos dizer que a *Natureza determina* a existência do Homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KANT, Immanuel: *Kritik der reinen Vernunft*. Kant Werke, Band II. Herausgegeben von Wilhelm Weischedel. Darmstadt: Wissensch. Buchgesellschaft, 1998.

_____. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger, São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Sigla = C. R. P., B).

_____. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa, Fundação Calouete Gulbenkian, 1997. (Sigla = C. R. P., A).

_____. *Lógica*. Trad. Guido de Almeida, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

_____. *Prolegômenos a qualquer metafísica futura que possa vir a ser considerada como ciência*. Trad. Tania Maria Bernkopf. São Paulo, Abril Cultural, 1984. (Sigla = *Prolegômenos*).

ALLISON, H. E.: *El idealismo trascendental de Kant: una interpretación y defensa*. Trad. Dulce Maria Granja Castro. Barcelona, Anthropos/Universidade Autonomia Metropolitana, 1992.

FÖRSTER, Eckart: “Kant’s Refutation of Idealism”, in: L. Holland (ed.), *Philosophy, Its History and Historiography*, Dordrecht 1985, 295-311.

GRAM, Moltke S.: “What Kant Really Dit to Idealism”, in: J.N Mohanty/R.W. Shahan (eds.), *Essays on Kant’s Critique of Pure Reason*. Norm 1982, 127-156.

GUYER, Paul: “The Postulates of Empirical Thinking in General and the Refutation of Idealism”. In: Mohr, Georg/ Willaschek, Marcus (Orgs), Immanuel Kant, *Kritik der Reinen Vernunft* (Klassiker Auslegen 17/18). Berlin: Akademie Verlag, 1998, p. 297-324.

HENRICH, D.: *Identität und Objektivität*. Heidelberg, C. Winter, 1976.

HYMERS, Michael: "The Role of Kant's Refutation of Idealism", in: *Southern Journal of Philosophy* 29, 1991, 51-67.

PATON, H. J.: *Kant's Metaphysic of Experience*. 2 vols. Londres. Allen and Unwin. 1965.

TUFTS, James H.: "Refutation of Idealism in the *Lose Blätter*", in: *Philosophical Review* 5, 1896, 51-58.

VOGEL, Jonathan: "The Problem of Self-Knowledge in Kant's 'refutation of idealism': Two Recent Views", in: *Philosophy and Phenomenological Research* 53, 1993, 885-887.

WALSH, W.H.: *Reason and Experience*. Oxford, Clarendon Press, 1947.